



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP - CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

## EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO N.º 01/2024

**INÍCIO DO RECEBIMENTO DO CREDENCIAMENTO: 13/09/2024, ÀS 00:00 HORAS**

**TÉRMINO DO RECEBIMENTO DO CREDENCIAMENTO: 12/09/2025, ÀS 00:00 HORAS.**

**LOCAL: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL**

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, POR INTERMÉDIO DE ESTRUTURA FÍSICA (GUICHÊ DE CAIXA, CORRESPONDENTES, LOTÉRICAS) E MEIOS ELETRÔNICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS.**

### PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS**, através da **Secretaria Municipal de Planejamento, Licitações e Finanças** torna público para o conhecimento de quantos possam interessar, que nos termos do artigo 79, inciso I e 74, inciso IV, ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 3.208/2024, que fará realizar **Chamamento Público Para Credenciamento Eletrônico De Instituições Financeiras Para Prestação De Serviços De Recolhimento De Tributos E Demais Receitas Públicas Municipais, Por Intermédio De Estrutura Física (Guichê De Caixa, Correspondentes, Lotéricas) E Meios Eletrônicos Da Prefeitura Municipal De Conchas**, na forma descrita no **Anexo I**, conforme cláusulas, critérios e condições deste Edital.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos interessados no endereço eletrônico da plataforma <https://bllcompras.com>, bem como no sítio da Prefeitura Municipal [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br).

### 1 - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DAS NORMAS LEGAIS

1.1. O edital e as contratações dele decorrentes se fundamentam no disposto no art. 79, inciso I, e art. 74, inciso IV, ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, tendo em vista que se trata de serviço a ser prestado por Instituição Financeira, mediante preço certo, observada as peculiaridades dos serviços, bem como às disposições contidas no Decreto Municipal n.º 3.208/2024.

1.1.1. Sempre que houver dúvidas de ordem legal, relacionadas aos termos deste Edital, as mesmas serão sanadas com fulcro na Lei Federal n.º 14.133/2021.

### 2. DO EDITAL E SEUS ANEXOS

2.1. Constituem anexos do presente **EDITAL**:

**ANEXO I** - Termo de Referência;

**ANEXO II** - Termo de Solicitação de Credenciamento;

**ANEXO III** - Modelo - Declaração Unificada;

**ANEXO IV** - Modelo - Procuração;

**ANEXO V** - Minuta do Contrato de Prestação de Serviços;

**ANEXO VI** - Termo de Ciência e de Notificação;

**ANEXO VII** - Termo de Consentimento para Tratamento de Dados Pessoais.

2.3. O Edital e seus anexos estarão disponíveis a qualquer interessado, a partir de **13 de Setembro de 2024**, na plataforma BLL <https://bllcompras.com> e/ou através do site [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br), e/ou PNCP, Portal Nacional de Contratações Públicas ficando disponível para novos credenciamentos durante todo o período de vigência do credenciamento.



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP - CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

2.3.1. Todos os procedimentos relacionados ao processo, incluindo o cadastramento de novos credenciados serão regularmente divulgados no site [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br).

2.3.2. As contratações decorrentes do presente processo serão divulgadas e publicadas no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), observado o disposto no art. 94 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

### 3. IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

3.1. Qualquer participante interessado poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o edital de credenciamento, exclusivamente por meio eletrônico indicado no edital a qualquer tempo.

3.2. As solicitações deverão ser fundamentadas e conter argumentos claros e objetivos que justifiquem a necessidade de esclarecimentos ou a impugnação, conforme o caso.

3.3. Caberá à comissão de contratação analisar e decidir sobre a petição de impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de recebimento do requerimento, assegurando o direito à ampla defesa e ao contraditório.

3.4. Durante o processo de análise da impugnação, a comissão poderá solicitar informações adicionais às partes envolvidas, garantindo um exame completo e imparcial dos argumentos apresentados.

3.5. A decisão da comissão será fundamentada e comunicada aos interessados por meio eletrônico, respeitando os princípios da publicidade e da igualdade entre os participantes do processo de credenciamento.

3.6. Em caso de acolhimento da impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a retificação do procedimento, assegurando que quaisquer irregularidades identificadas sejam corrigidas de forma a garantir a legalidade e a eficiência do processo.

3.7. A nova data para a retificação será comunicada a todos os participantes por meio eletrônico, garantindo a ampla divulgação e o cumprimento dos novos prazos estabelecidos.

3.8. A retificação do procedimento poderá incluir ajustes nos termos do edital, alterações nas condições de participação ou quaisquer outras medidas necessárias para corrigir as irregularidades identificadas.

### 4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

4.1 - Poderão participar do presente credenciamento pessoas jurídicas, legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de idoneidade por parte do Poder Público e que satisfaçam as condições fixadas neste edital e anexos, e que aceitem as normas estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Conchas.

4.2 - Podem participar deste Credenciamento:

4.2.1 - As instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de banco Múltiplo, Comercial ou Cooperativo, e Cooperativa de Crédito, que preencherem todos os requisitos exigidos neste Edital.

4.2.2 - É vedada a apresentação de mais de uma proposta de habilitação neste Credenciamento.

4.2.3 - As instituições financeiras interessadas poderão protocolar inscrição para o Credenciamento, a partir da publicação do extrato deste Edital de Credenciamento na plataforma **conforme Item 6.2 deste Instrumento**.

4.2.4 - **Como se trata de procedimento auxiliar de Credenciamento, regulado pela Lei 14133 de 2021, NÃO HAVERÁ DISPUTA DE LANCES, E SIM, ACEITABILIDADE DOS VALORES PROPOSTOS PELOS MUNICÍPIO NO ANEXO I.**

4.3 - **Não poderão** participar deste Credenciamento:



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

- 4.3.1 - Instituições financeiras que estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação;
- 4.3.2 - Instituições financeiras declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 156, inciso IV da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 4.3.3 - Estiver irregular quanto a comprovação de quitação de tributos federais, estaduais ou municipais, considerada a sede ou principal estabelecimento da proponente.
- 4.3.4 - De quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 4.3.5 - De pessoas jurídicas estrangeiras que não funcionam no País;
- 4.3.6 - De entidades e associações do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil - OSC, atuando nessa condição;
- 4.3.7 - De agente público do órgão licitante nos termos do §1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133/2021;

#### **4.3.8 Será permitida a participação de empresas em consórcio, sujeita às seguintes regras:**

- a) As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante o Município de Conchas/SP, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea “d”. Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação;
- b) Apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico-financeira;
- c) As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;
- d) As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução contratual;
- e) O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do ajuste contratual decorrente da licitação.
- f) A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela Prefeitura de Conchas/SP e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados à ocasião do certame.

#### **4.4 - O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação da licitante**

4.5 - A participação neste credenciamento implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital.

## **5 - DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO**

5.1 – Para participação no certame, a participante deverá se cadastrar como usuária perante o provedor do sistema eletrônico utilizado pelo Município, qual seja o Plataforma De Licitações BII – Bolsa De Licitações E Leilões Do Brasil.

- a) O cadastramento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível;
- b) A chave de identificação e senha serão utilizadas em qualquer credenciamento eletrônico;
- c) Deverão comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso; e



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

- d) A senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do usuário, não cabendo ao provedor do portal de compras públicas ou ao órgão promotor do chamamento responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.2 – Deverão solicitar o cancelar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

5.3 - Caberá à participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente de eventuais perdas diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4 - Todas as publicações e intimações, inclusive para fins de recurso, serão feitas no sistema eletrônico BLL utilizado pelo Município para deflagrar o presente certame.

**6. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA CREDENCIAMENTO:** Para a habilitação, os participantes deverão apresentar a seguinte documentação:

## **6.1.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)**

- a) registro comercial no caso de firma individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## **6.1.2– HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
- c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;
- d) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, Cartão de Inscrição Estadual, (se houver);
- e) prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

## **6.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)**

- a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica, dentro do prazo de validade de 90 (noventa) dias da data de emissão.



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 03 – Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:

“Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”.

## 6.1.4- HABILITAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. A comprovação se dará mediante a apresentação de ATESTADO(S) fornecidos por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação, independentemente da quantidade.

a1) O(s) atestado(s) deverá(ão) estar necessariamente em nome do licitante.

## 6.1.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);

b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);

c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);

d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);

e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

g) está ciente da obrigação de manter o endereço da licitante atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a licitante não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em [www.saltodepirapora.sp.gov.br](http://www.saltodepirapora.sp.gov.br);

h) no caso de licitante em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;





# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

- i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 4 do edital;
- k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados;
- l) Até a presente data, não foi considerado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- m) Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, não mantendo em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- n) O(A) Sr(a) \_\_\_\_\_ (nome do(a) responsável), não pertence ao quadro de servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pelo credenciamento, observando o disposto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- o) Dispõe de equipe técnica habilitada e capacitada a realizar os serviços solicitados, quando for o caso;
- p) Responsabiliza-se pela prestação dos serviços em conformidade com a legislação pertinente e que concorda em prestar serviços objeto deste edital aceitando receber os valores constantes na Tabela que compõe o Anexo II do edital, vigente à época da execução dos serviços.

## **6.2. O interessado em participar do credenciamento deverá encaminhar, exclusivamente através da plataforma eletrônica indicada no preâmbulo deste edital, os documentos de habilitação acima descritos.**

6.3. Os documentos deverão ser digitalizados com boa qualidade, garantindo a legibilidade de todas as informações. O não cumprimento deste requisito poderá resultar na desclassificação do interessado.

6.4. Cada documento enviado deverá estar no formato PDF e nomeado de acordo com a sua descrição constante no Termo de Referência, a fim de facilitar a identificação e análise pela Comissão.

6.5. Os interessados deverão acompanhar a confirmação de recebimento e validação dos documentos enviados através da plataforma eletrônica. Caso haja necessidade de complementação ou correção de documentos, a plataforma notificará o interessado, que terá um prazo de até 5 (cinco) dias úteis para realizar as devidas correções.

6.6. A Comissão se reserva o direito de solicitar documentos adicionais ou esclarecimentos, caso necessário, para garantir a correta avaliação dos interessados.

6.7 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Instituição interessada, a Comissão Especial de Credenciamento verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores - SICAF;



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU; 5.1.1.
- e) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

## 7. DO PRAZO DE CREDENCIAMENTO

**7.1. O presente credenciamento ficará aberto por um período de até 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação do edital na Plataforma BLL e PNCP, permitindo que novos interessados possam se credenciar ao longo deste período.**

7.2. Durante o período de abertura do credenciamento, os interessados poderão submeter suas propostas a qualquer momento, observando os prazos e condições estabelecidos neste edital e em seus anexos.

7.3. O prazo de que trata o item 7.1, poderá ser prorrogado sucessivamente, a critério da Administração Pública, nos termos do Art. 108, da lei 14.133/2021, mediante justificativa e publicação de aditivo ao edital, garantindo a continuidade e a ampliação da participação de novos interessados.

7.4. Ao término do período de credenciamento, não serão aceitas novas inscrições, salvo se houver prorrogação formalmente divulgada.

7.5. A qualquer momento dentro do período de vigência, a Administração Pública poderá realizar a análise e a homologação dos documentos de habilitação dos interessados, **sendo possível a contratação imediata daqueles que cumprirem todos os requisitos estabelecidos.**

7.6. É responsabilidade dos interessados acompanhar as publicações e comunicados oficiais relativos ao credenciamento, disponíveis na plataforma eletrônica e nos canais oficiais do Município, para garantir o cumprimento dos prazos e requisitos.

## 8. DO VALOR

8.1. O valor da contratação decorrente do credenciamento consta no Termo de Referência (Anexo I) e foi definido pelo Município mediante adoção de compatibilidade com os preços praticados no mercado, conforme previsto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O interessado em participar do credenciamento deverá aceitar os preços estabelecidos neste edital, comprometendo-se a fornecer os serviços ou produtos pelo valor fixado, sem possibilidade de negociação individual.

8.3. A aceitação dos preços estabelecidos implica na concordância com todas as condições econômicas e financeiras definidas pelo Município, sendo vedada qualquer reivindicação de reajuste no ou revisão dos valores durante a vigência do credenciamento, salvo nas hipóteses previstas na legislação aplicável.

**8.4- Como se trata de procedimento auxiliar de Credenciamento, regulado pela Lei 14133 de 2021, NÃO HAVERÁ DISPUTA DE LANCES, E SIM, ACEITABILIDADE DOS VALORES PROPOSTOS PELOS MUNICÍPIO NO ANEXO I.**



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

## 9. DO RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

9.1. A documentação de habilitação deverá ser analisada de forma integral no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da manifestação do sistema, prorrogável uma vez por igual período, admitida a hipótese de solicitação de esclarecimentos, retificações e complementações da documentação do interessado.

9.2. A análise da documentação será conduzida pela comissão de contratação, que verificará a conformidade dos documentos apresentados com os requisitos estabelecidos no edital e seus anexos.

9.3. Caso sejam identificadas inconsistências ou omissões na documentação apresentada, o interessado será notificado através da plataforma eletrônica para que, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, proceda à retificação ou complementação necessária. O não atendimento dentro do prazo poderá resultar na desclassificação do interessado.

9.4. Após decidir por deferir a habilitação do interessado, a comissão de contratação encaminhará os autos para a autoridade superior para homologação.

9.5. A decisão de deferimento será fundamentada, com base na análise da conformidade da documentação apresentada, e deverá ser formalizada por escrito, constando todas as informações relevantes que embasaram a decisão.

9.6. Os autos, contendo toda a documentação analisada e o parecer da comissão de contratação, serão encaminhados para a autoridade superior responsável pela homologação, que poderá solicitar informações adicionais, caso julgue necessário, antes de proceder à homologação.

9.7. A homologação será publicada na imprensa oficial do município, bem como no site eletrônico oficial, garantindo ampla transparência e publicidade ao resultado do credenciamento.

9.8. A publicação incluirá a lista de todos os interessados habilitados, os respectivos valores de contratação e quaisquer outras informações pertinentes, conforme exigido pela legislação vigente.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. Eventuais recursos contra o resultado do credenciamento deverão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação da homologação, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

10.2. Os recursos deverão ser apresentados por escrito e protocolados na plataforma eletrônica indicada, contendo os fundamentos jurídicos e a devida comprovação dos fatos alegados.

10.3. A análise dos recursos será realizada pela autoridade competente, que poderá solicitar pareceres técnicos ou jurídicos, se necessário, e decidirá no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, comunicando o resultado aos interessados.

10.4. A decisão sobre os recursos será definitiva na esfera administrativa, não cabendo novos recursos ou revisões, salvo se surgirem fatos novos e relevantes que justifiquem a reabertura do processo.

10.5. A adjudicação dos termos de credenciamento será formalizada após a homologação e a resolução de eventuais recursos, garantindo a legalidade e a transparência do processo de credenciamento.





# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP - CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

## 11. DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

11.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado um Termo de Credenciamento individualizado, com vigência de 05 (cinco) anos, podendo ser renovado, respeitada a vigência máxima decenal, conforme art. 108 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A renovação do Termo de Credenciamento estará condicionada à avaliação do desempenho do credenciado e à necessidade continuada dos serviços ou produtos ofertados, garantindo a manutenção da qualidade e eficiência contratual.

11.3. O processo de renovação incluirá a verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária do credenciado, bem como a análise de eventuais pendências contratuais e administrativas.

11.4. A Secretaria de Governo convocará o credenciado para assinar o Termo de Credenciamento no prazo de 05 (cinco) dias úteis. A não celebração dentro do prazo estipulado resultará na perda do direito ao credenciamento.

11.5. A convocação será realizada por meio de notificação eletrônica.

11.6. O credenciado que deixar de cumprir as exigências do edital de credenciamento, dos termos de credenciamento e/ou dos contratos firmados com o Município será descredenciado para a execução de qualquer objeto, sem prejuízo das sanções previstas nos Art. 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

11.7. O processo de descredenciamento incluirá a notificação formal do credenciado, especificando as infrações cometidas e concedendo prazo para a apresentação de defesa e eventuais provas.

11.8. A decisão final sobre o descredenciamento será fundamentada e comunicada ao credenciado, podendo este recorrer administrativamente conforme os prazos e procedimentos estabelecidos na legislação vigente.

11.9. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao Município. A solicitação deverá ser formalizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, permitindo a devida organização e transição dos serviços ou produtos contratados.

11.10. A aceitação do pedido de descredenciamento estará condicionada à inexistência de pendências contratuais e administrativas, bem como à continuidade do serviço ou produto sem prejuízo para a Administração Pública.

11.11. As alterações unilaterais serão formalizadas por meio de aditivo contratual, devidamente justificado e assinado pelas partes, garantindo a transparência e a legalidade do processo.

## 12. DO DESCREDENCIAMENTO

12.1. O credenciado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será descredenciado quando:

12.1.1. Descumprir as condições assumidas no Termo de Credenciamento, no edital ou em qualquer contrato firmado com a Administração Pública. Este descumprimento inclui, mas não se limita a falhas na qualidade dos serviços ou produtos fornecidos, atrasos injustificados, ou a não conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos.



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

12.1.2. Recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada pela Administração Pública. A recusa sem justificativa aceitável poderá ser considerada falta grave, prejudicando a continuidade e a eficiência dos serviços públicos.

12.1.3. Deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável. A ausência de assinatura poderá comprometer a execução do objeto contratado e a realização dos interesses públicos.

12.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública. As sanções incluem a suspensão temporária de participação em licitação, credenciamento e impedimento de contratar, bem como a declaração de inidoneidade.

12.1.5. Apresentar documentação falsa ou omitir informações relevantes durante o processo de credenciamento, conforme apurado pela Administração.

12.2. O credenciado que se declarar impedido de atender às demandas poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, sendo seu deferimento automático, desde que não haja pendências contratuais ou administrativas.

12.2.1. A solicitação de descredenciamento deverá ser formalizada por escrito e enviada à Administração Pública com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, detalhando os motivos do impedimento e garantindo a continuidade dos serviços ou produtos até o deferimento do pedido.

12.2.2. O credenciado deverá assegurar que não haverá interrupção dos serviços ou produtos fornecidos durante o período de análise e deferimento do descredenciamento.

12.3. O Termo de Credenciamento poderá ser rescindido nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral, dispostas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, incluindo, mas não se limitando a:

12.3.1. Razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, que exijam a rescisão contratual.

12.3.2. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, que impeçam a execução do Termo de Credenciamento.

12.3.3. Descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos por parte do credenciado.

12.3.4. Desempenho insuficiente ou ineficaz do objeto contratado, verificado por meio de relatórios de fiscalização ou auditorias realizadas pela Administração Pública.

12.3.5. Paralisação da execução do Termo de Credenciamento, sem justa causa e sem prévia comunicação à Administração Pública.

12.3.6. Subcontratação total ou parcial do objeto contratado, associação do credenciado com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação não admitida pela Administração Pública.



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

12.4. O processo de credenciamento será formalizado por meio de ato administrativo, devidamente motivado e publicado na imprensa oficial do município e no site eletrônico oficial, garantindo ampla transparência e publicidade.

12.4.1. A Administração Pública notificará formalmente o credenciado sobre a decisão de credenciamento, especificando os motivos e concedendo prazo para a apresentação de defesa.

12.4.2. O credenciado terá direito ao contraditório e à ampla defesa, podendo apresentar suas justificativas e provas em sua defesa antes da decisão final.

12.5. Após o credenciamento, o credenciado será impedido de participar de novos processos de credenciamento ou licitações com a Administração Pública pelo período estabelecido na decisão de credenciamento, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

## 13. DA CONVOCAÇÃO DOS CREDENCIADOS

13.1. A convocação para a prestação dos serviços não será realizada pela Prefeitura, visto que o serviço a ser disponibilizado não está a cargo da Administração Pública, mas sim do beneficiário direto com o prestador do serviço. Caberá ao Poder Público apenas credenciar aqueles que atendem aos requisitos previamente fixados no edital.

13.2. O credenciamento realizado pela Administração Pública tem por objetivo garantir que as instituições financeiras ou prestadores de serviço cumpram os critérios de qualidade, eficiência e legalidade exigidos, proporcionando segurança e confiança aos beneficiários diretos.

13.3. Após o credenciamento, o papel da Administração Pública se limita à manutenção de um registro atualizado dos credenciados e à fiscalização do cumprimento dos requisitos estabelecidos no edital.

13.4. É vedada a indicação, pelo Município, de qualquer credenciado para atender demandas específicas dos beneficiários. A escolha do prestador do serviço é de responsabilidade exclusiva do cidadão, que poderá optar entre os credenciados de acordo com suas preferências e necessidades.

13.5. A vedação à indicação pelo Município visa assegurar a imparcialidade e a liberdade de escolha dos beneficiários, evitando qualquer tipo de favorecimento ou conflito de interesses.

13.6. O Município disponibilizará uma lista completa e atualizada dos credenciados em seu site oficial, incluindo informações relevantes como áreas de atuação, contatos e eventuais certificações, para que os beneficiários possam tomar decisões informadas.

13.7. Tratando-se este edital de credenciamento com seleção a critério de terceiros, a seleção do credenciado para fins de contratação será de exclusiva e privativa atribuição do beneficiário direto da prestação do serviço.

13.8. O beneficiário terá total autonomia para negociar diretamente com o prestador de serviço credenciado, incluindo a definição das condições contratuais, prazos de execução, formas de pagamento e outros detalhes pertinentes à contratação.

14.9. A Administração Pública não interferirá nas negociações entre o beneficiário e o prestador de serviço credenciado, limitando-se a garantir que todos os credenciados mantenham os padrões de qualidade e conformidade estabelecidos no edital.



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

14.10. Em caso de insatisfação ou necessidade de alteração do prestador de serviço, o beneficiário poderá, a qualquer tempo, optar por outro credenciado da lista fornecida pelo Município, garantindo a flexibilidade e a adequação do serviço às suas necessidades.

14.11. Por se tratar de uma contratação inexigível, que adotará o procedimento auxiliar de credenciamento, todas as participantes que efetivamente preencham os requisitos legais, sobretudo, estarem estabelecidas na forma da lei e autorizadas a funcionar como instituição financeira pelo Banco Central do Brasil, estarão aptas a executar o serviço de arrecadação de guias de receitas municipais.

## 15. DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

15.1. O preço dos serviços **permanecerá inalterado** durante todo o período de vigência do credenciamento, não havendo possibilidade de reajuste. A renovação do credenciamento dar-se-á com reajuste dos valores, conforme manifestação das CREDENCIADAS e mediante análise da legislação que regulamenta o tema.

15.2 – No caso de haver reajuste após 12 meses, este será formalizado por apostilamento.

## 16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1. A execução dos serviços está sujeita a fiscalização por representantes da Prefeitura Municipal de Conchas/SP. Estes representantes terão a responsabilidade de registrar todas as ocorrências em relatórios detalhados, cuja cópia será encaminhada à contratada com a finalidade de que sejam sanadas eventuais irregularidades apontadas.

16.1.1. Os relatórios de fiscalização incluirão descrições detalhadas das atividades inspecionadas, identificando não conformidades, sugerindo medidas corretivas e estabelecendo prazos para a resolução das irregularidades detectadas.

16.1.2. A contratada deverá responder aos relatórios de fiscalização dentro do prazo estabelecido, informando as ações corretivas adotadas e comprovando a resolução das não conformidades apontadas.

16.2. Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade de resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto no Termo de Credenciamento, nas especificações e em tudo o mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com os serviços em questão. A CONTRATADA aceita todas as condições e métodos de controle e de verificação adotados pela fiscalização, julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

16.2.1. Em situações de dúvida ou omissão, a fiscalização poderá emitir orientações técnicas ou administrativas que deverão ser acatadas pela contratada, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

16.3. As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Conchas/SP em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada quanto à execução do objeto.

16.3.1. A contratada permanece integralmente responsável pela execução dos serviços contratados, mesmo diante de orientações ou intervenções da fiscalização, devendo assegurar que todos os requisitos contratuais e normativos sejam rigorosamente cumpridos.

16.3.2. Qualquer falha ou irregularidade detectada pela fiscalização que não seja corrigida dentro dos prazos estabelecidos poderá resultar na aplicação de sanções previstas no Termo de Credenciamento e na legislação vigente.



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

16.4. Todos os serviços deverão atender às normas técnicas que regem seu segmento, incluindo, mas não se limitando a regulamentações federais, estaduais e municipais aplicáveis, bem como normas de qualidade e segurança pertinentes.

16.4.1. A contratada deverá manter-se atualizada sobre as normas técnicas aplicáveis e garantir que todos os seus procedimentos e serviços estejam em conformidade com as mesmas, promovendo treinamentos e capacitações periódicas para seus colaboradores.

16.4.2. Em caso de atualização ou alteração das normas técnicas, a contratada deverá adaptar imediatamente seus procedimentos e serviços para garantir a continuidade da conformidade normativa.

16.5. A fiscalização do cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas no edital de credenciamento será realizada pela Administração Pública, que poderá aplicar sanções e descredenciar os prestadores de serviço que não cumprirem os padrões estabelecidos.

16.5.1. A Administração Pública manterá registros detalhados das inspeções e ações de fiscalização realizadas, bem como das sanções aplicadas, assegurando a transparência e a rastreabilidade de todo o processo.

16.6. As sanções aplicáveis incluem advertências, multas, suspensão temporária e descredenciamento, conforme a gravidade das infrações e os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

16.6.1. A aplicação de sanções será precedida de notificação formal à contratada, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme os prazos e procedimentos estabelecidos na legislação vigente.

16.6.2. Em casos de reincidência ou infrações graves, a Administração Pública poderá proceder ao descredenciamento da contratada, impedindo-a de participar de novos processos de licitação e credenciamento pelo período estabelecido na legislação.

16.7. Os beneficiários poderão relatar à Administração Pública qualquer irregularidade ou descumprimento das condições estabelecidas pelo prestador de serviço, contribuindo para a manutenção da qualidade e eficiência dos serviços credenciados.

16.7.1. A Administração Pública disponibilizará canais de comunicação eficientes, como ouvidorias e plataformas digitais, para que os beneficiários possam relatar irregularidades e descumprimentos de forma rápida e segura.

16.7.2. Todas as reclamações e relatos de irregularidades serão registrados e investigados pela Administração Pública, que tomará as medidas necessárias para corrigir as falhas e assegurar a conformidade dos serviços prestados.

16.8. A Administração Pública manterá um canal de comunicação aberto para receber feedbacks e reclamações dos beneficiários, promovendo a transparência e a melhoria contínua do processo de credenciamento e prestação de serviços.

16.8.1. Os feedbacks recebidos serão analisados periodicamente, servindo de base para a implementação de melhorias nos processos de fiscalização, credenciamento e prestação de serviços, garantindo a satisfação dos beneficiários e a eficiência da Administração Pública.





# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

16.8.2. A Administração Pública poderá realizar pesquisas de satisfação e auditorias regulares para avaliar a qualidade dos serviços prestados e identificar áreas de melhoria, promovendo a excelência no atendimento aos beneficiários.

## 17. DO PAGAMENTO

17.1. A CREDENCIANTE realizará o pagamento à CREDENCIADA nas condições e preços acordados, de forma eletrônica, por meio de débito em conta de livre movimentação da CREDENCIADA. O pagamento será efetuado conforme as disposições contratuais e os prazos estabelecidos no edital de credenciamento, visando assegurar a regularidade e pontualidade na remuneração pelos serviços prestados.

17.1.1. A CREDENCIADA deverá manter atualizados os dados bancários para recebimento dos pagamentos, garantindo a eficiência e a segurança das transações eletrônicas.

17.1.2. Em caso de divergências ou atrasos nos pagamentos, a CREDENCIADA poderá solicitar esclarecimentos à CREDENCIANTE, que deverá fornecer justificativas claras e documentadas, assegurando o direito à transparência e à regularização dos valores devidos.

17.2. Caberá à CREDENCIANTE providenciar a emissão e distribuição dos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) aos contribuintes, garantindo a correta arrecadação dos valores devidos conforme as normas tributárias municipais vigentes.

17.2.1. A emissão dos DAM's será realizada de acordo com os procedimentos administrativos e tecnológicos estabelecidos pela CREDENCIANTE, visando à simplificação e eficiência na cobrança dos tributos municipais.

17.3. A CREDENCIANTE se compromete a realizar os pagamentos dentro dos prazos legais e contratuais, assegurando à CREDENCIADA a manutenção de sua capacidade financeira e operacional para a continuidade dos serviços prestados.

17.4. É expressamente vedada a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira. A CREDENCIADA não poderá transferir ou ceder a terceiros seus direitos de crédito decorrentes dos pagamentos efetuados pela CREDENCIANTE, garantindo a integridade e a responsabilidade direta sobre os serviços prestados.

17.4.1. Qualquer tentativa de cessão fiduciária de direitos creditícios será considerada violação contratual, sujeita a sanções conforme previsto na legislação aplicável e no edital de credenciamento.

## 18. DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1. Não será exigida garantia contratual para a participação no processo de credenciamento.

18.2. A dispensa de garantia contratual não exime a CREDENCIADA de sua responsabilidade integral quanto à execução dos serviços conforme estabelecido no contrato de credenciamento e no edital.

18.3. A não exigência de garantia contratual não prejudica a aplicação de outras medidas de segurança e controle previstas na legislação e no edital, visando garantir a qualidade e regularidade dos serviços prestados.

18.4. Caso necessário, a CREDENCIANTE poderá estabelecer outras formas de controle e segurança financeira, compatíveis com a natureza e complexidade dos serviços contratados, assegurando o cumprimento das obrigações contratuais e a proteção dos interesses públicos.



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

18.5. Alternativas como seguros de responsabilidade civil, fiscalizações periódicas e retenções de pagamentos poderão ser adotadas pela CREDENCIANTE para mitigar riscos e garantir a adequada prestação dos serviços sem a necessidade de garantia contratual.

18.6. A dispensa de garantia contratual não implica em renúncia aos direitos da CREDENCIANTE em caso de descumprimento contratual pela CREDENCIADA. A Administração Pública poderá adotar.

18.7. A CREDENCIANTE reserva-se o direito de aplicar sanções, conforme previsto na legislação vigente, caso a CREDENCIADA não cumpra com suas obrigações contratuais, independentemente da ausência de garantia contratual.

18.8. A dispensa de garantia contratual será aplicável enquanto perdurar a vigência do contrato de credenciamento, podendo ser revista pela CREDENCIANTE mediante justificativa fundamentada e observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência administrativa.

## **19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Comete infração administrativa o contratado que (Art. 92, inciso XIV, da Lei Federal nº 14.133/21):

19.1.1. Der causa à inexecução parcial do Termo de Credenciamento;

19.1.2. Der causa à inexecução parcial do Termo de Credenciamento que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.1.3. Der causa à inexecução total do Termo de Credenciamento;

19.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

19.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.1.6. Não celebrar o Termo de Credenciamento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;

19.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a sessão de credenciamento ou a execução do Termo de Credenciamento;

19.1.9. Praticar ato fraudulento na execução do Termo de Credenciamento;

19.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento; e

19.1.12. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º, da Lei Federal nº 12.846/13 e/ou Art. 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência;

19.2.2. Multa;



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP - CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

---

19.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

19.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

19.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

19.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

19.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle; e

19.3.6. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no Art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.4. A sanção de multa será calculada da seguinte forma:

19.4.1. Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento), do valor total do Termo de Credenciamento, por dia de paralisação ou falta constatada sem motivo justificado e relevante;

19.4.2. Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o efetivo valor do Termo de Credenciamento, por falta constatada ou serviço não aceito pela fiscalização, por dia, a partir da data em que a Contratada for notificada a fazer os necessários reparos ou substituir materiais;

19.4.3. Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Termo de Credenciamento, no caso de inexecução total do objeto;

19.4.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput”, do Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos; e

19.4.5. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do “caput”, do Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput”, do referido artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os Entes Federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

19.5. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será procedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

19.5.1. Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

19.5.2. Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

19.5.3. As sanções de advertência, impedimento de credenciamento, licitação e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

19.5.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.5.5. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.5.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.5.7. A aplicação das sanções de impedimento de licitação, credenciamento, e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.5.8. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item acima será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

19.5.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.5.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.5.11. A prescrição ocorrerá em 05 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

19.5.11.1. Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item supramencionado;

19.5.11.2. Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei Federal nº 12.846/13; e

19.5.11.3. Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

19.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

19.7. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP - CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.8. É dever da Administração, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

19.9. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV, do “caput”, do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/21, o Poder Executivo, através da Comissão Sancionatória, disporá sobre a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos quando da elaboração de sua manifestação.

19.10. O atraso injustificado na execução do Termo de Credenciamento sujeitará o contratado a multa de mora.

19.11. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Termo de Credenciamento com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

19.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

19.12.1. Reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.12.2. Pagamento da multa

19.12.3. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade.

19.12.4. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo.

19.12.5. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.12.6. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII, do “caput”, do Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21, exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## 20 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 - As despesas com a contratação dos serviços correrão pela seguinte dotação orçamentária consignadas no orçamento vigente:

Órgão.....: 02 EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 02.02 Secretaria Munic. Planej., Lic. e Finan.

UNIDADE EXECUTORA...: 02.02.01 Administração e Finanças

Funcional programática: 0412200022.002000 Manutenção da Administração e Finanças

0412200022.002000 Manutenção da Administração e Finanças

Elemento de Despesa	Fonte	Despesa Principal	Desdobro
3.3.90.39.81.00.00 SERVIÇOS BANCÁRIOS	1	224	226





# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

## 21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, salvo nos casos excepcionais e devidamente justificados, mediante autorização prévia e expressa da CREDENCIANTE.

21.1.1. A proibição de subcontratação visa assegurar que a CREDENCIADA assuma diretamente a responsabilidade pela execução dos serviços contratados, mantendo o controle integral sobre a qualidade e o cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de credenciamento.

21.1.2. Caso haja necessidade de subcontratação em situações específicas, a CREDENCIADA deverá apresentar justificativa detalhada e documentada à CREDENCIANTE, demonstrando a viabilidade técnica, operacional e econômica da medida proposta.

21.1.3. A autorização para subcontratação será concedida pela CREDENCIANTE mediante análise criteriosa dos impactos e riscos envolvidos, garantindo que a terceirização não comprometa a qualidade dos serviços prestados nem gere descontinuidade ou insuficiência na execução do objeto contratual.

21.1.4. A CREDENCIADA permanecerá integralmente responsável pela supervisão e gerenciamento da subcontratação, assegurando que todos os requisitos contratuais sejam rigorosamente cumpridos pelos subcontratados.

21.2. A CREDENCIANTE poderá estabelecer condições específicas para a subcontratação, incluindo a necessidade de aprovação prévia dos subcontratados, a manutenção de padrões de qualidade e a inclusão de cláusulas contratuais protetivas.

21.2.1. Toda subcontratação autorizada deverá ser formalizada por meio de instrumento contratual específico, estipulando os direitos, deveres e responsabilidades das partes envolvidas, conforme as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

21.3. A CREDENCIANTE reserva-se o direito de fiscalizar e monitorar a execução dos serviços subcontratados, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas no contrato principal e assegurando a integralidade dos interesses públicos envolvidos.

21.3.1. A fiscalização poderá incluir auditorias, inspeções e avaliações periódicas dos subcontratados, visando verificar o adequado desempenho das atividades e a conformidade com os padrões de qualidade exigidos.

21.04. A violação das disposições sobre subcontratação poderá acarretar sanções previstas no contrato de credenciamento e na legislação aplicável, incluindo advertências, multas, suspensão temporária e rescisão do contrato, conforme a gravidade das infrações identificadas.

## 22. CONSULTAS, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL.

22.1. O Edital estará disponível para consulta durante toda vigência do credenciamento, por qualquer interessado através da Plataforma De Licitações BLL – Bolsa De Licitações E Leilões Do Brasil (<https://bllcompras.com>), no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) e no site eletrônico oficial do Município de Conchas ([www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)).

22.2. O aviso de publicação do Edital será amplamente divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Poder Executivo Municipal de Conchas/SP.



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

22.3. A entrega do Edital físico poderá ser requerida por interessados que não disponham de acesso à internet, mediante solicitação formal à Comissão de Credenciamento, durante o horário de expediente do Paço Municipal.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. As normas disciplinadoras do processo de credenciamento serão sempre interpretadas de forma a ampliar a participação dos interessados, resguardando o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação pública.

23.1.1. A interpretação favorável à ampliação da disputa entre os licitantes busca promover um ambiente competitivo saudável, incentivando a participação de um maior número de interessados qualificados, conforme os critérios estabelecidos no edital.

23.2. É facultado ao Agente de Contratação, em qualquer fase do julgamento, promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo, podendo solicitar pareceres técnicos de órgãos competentes para fundamentar suas decisões.

23.2.1. As diligências realizadas têm por objetivo assegurar a correta avaliação das propostas e da habilitação dos licitantes, garantindo a adequada instrução do processo e a conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

23.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata, acessível a todos os participantes.

23.3.1. A correção de erros formais contribui para evitar a desclassificação injusta de licitantes por questões técnicas menores, assegurando a igualdade de condições entre os concorrentes e a lisura do processo licitatório.

23.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública seguirão o horário oficial de Brasília/DF.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos relacionados à preparação e apresentação de suas propostas, sendo a Administração isenta de responsabilidade por esses custos, independentemente do resultado do processo licitatório.

23.6. O resultado deste certame será publicado no Diário Oficial do Município de Conchas e no site oficial da Prefeitura Municipal ([www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)), garantindo a ampla divulgação e transparência dos resultados alcançados.

23.7. Todos os atos adicionais pertinentes a este processo de credenciamento demandem divulgação serão publicados no Diário Oficial do Município, assegurando a publicidade e o acesso público às informações relevantes do processo.

23.8. Todos os atos adicionais pertinentes a este processo de credenciamento que demandem divulgação serão publicados no Diário Oficial do Município, assegurando a publicidade e o acesso público às informações relevantes do processo.



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP - CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

23.9. Fica assegurado ao Município o direito de revogar ou anular, a qualquer momento, no todo ou em parte, este credenciamento, conforme previsto na legislação vigente, com a devida comunicação aos participantes conforme os procedimentos estabelecidos.

23.10. Na ausência de expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, mantendo-se o mesmo horário e local previamente estabelecidos, salvo comunicação expressa em contrário pelo Agente de Contratação.

23.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se apenas os dias de expediente na Administração Municipal.

23.12. Os casos omissos neste processo licitatório serão solucionados pelo Agente de Contratação, assegurando-se a aplicação das normas pertinentes e a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

23.13. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças do processo, prevalecerão as disposições estabelecidas neste Edital, salvo disposição expressa em contrário.

23.14 – Dúvidas e esclarecimentos poderão ser enviadas no email <https://bllcompras.com> / e-mails [licitacao2@conchas.sp.gov.br](mailto:licitacao2@conchas.sp.gov.br) / [licitacao3@conchas.sp.gov.br](mailto:licitacao3@conchas.sp.gov.br): [licitacao4@conchas.sp.gov.br](mailto:licitacao4@conchas.sp.gov.br); [pmclicitacao@conchas.sp.gov.br](mailto:pmclicitacao@conchas.sp.gov.br) ou [pmclicitacao@conchas.sp.gov.br](mailto:pmclicitacao@conchas.sp.gov.br). Informações: (14) 3845-8011.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

24.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

24.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

24.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

24.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

24.5. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

24.6. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

24.7. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

24.8. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

24.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

24.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD. Núcleo de Licitações e Compras - Avenida Getúlio Vargas, nº 111 - 2º andar Sete Lagoas/MG - CEP 35700-046 - Telefone: (31) 3779-3700



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP - CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

24.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

24.11. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **CLÁUSULA VIGÉSSIMA QUINTA – DA LEI ANTICORRUPÇÃO**

25.1. As partes deverão observar todas as disposições das regras anticorrupção em vigor no Brasil, em especial, as previsões da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), do Decreto Federal nº 8.420/2015 e do Decreto Municipal nº 6.140/2019, que a regulamenta no âmbito do Município de Sete Lagoas/MG.

25.1.1. As partes deverão se comprometer também a se absterem de praticar quaisquer atividades que constituam violação às disposições das normas anticorrupção e das demais disposições referentes à matéria. Núcleo de Licitações e Compras - Avenida Getúlio Vargas, nº 111 - 2º andar Sete Lagoas/MG - CEP 35700-046 - Telefone: (31) 3779-3700

25.1.2. As partes, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como por seus sócios, deverão conduzir suas práticas, durante a execução do contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

25.1.3. Para a execução do contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto do contrato, ou de forma não relacionada ao mesmo ou direcionar negócios que violem as regras anticorrupção, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

25.1.4. Na assinatura do contrato, as partes deverão declarar que: (a) não violaram, violam ou violarão as regras anticorrupção; (b) têm a ciência de que qualquer atividade que viole as regras anticorrupção é proibida; e (c) declaram conhecer as consequências possíveis de tal violação.

25.1.5. Qualquer descumprimento das regras de integridade mencionadas acima ensejará a resolução imediata do contrato, apenas por meio de notificação extrajudicial, sem prejuízo de eventual pagamento de indenização por perdas e danos.

25.1.6. Antes da assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá conhecer, na íntegra, as disposições contidas no Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Município de Sete Lagoas/MG, instituído pelo Decreto nº 6.217/201

## **26. DO FORO**

26.01. É eleito o Foro da Comarca de Conchas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Conchas, 11 de setembro de 2024

**Nilson Achiles Merlin**  
**Prefeito Municipal de Conchas**



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP - CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – www.conchas.sp.gov.br

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto

1.1. Constitui objeto deste Edital, o **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, POR INTERMÉDIO DE ESTRUTURA FÍSICA (GUICHÊ DE CAIXA, CORRESPONDENTES, LOTÉRICAS) E MEIOS ELETRÔNICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS.**

### 2. Quantidade Estimada

2.1. Quantidade aproximada de recebimentos (lâminas): 44.430 (quarenta e quatro mil, trezentas e trinta), pelo período de 12 (doze) meses.

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO	PAGAMENTO PRESENCIAL através de agências bancárias (guichê de caixa) e/ou correspondentes bancários e/ou postos credenciados e/ou rede lotérica	25.770	3,14	80.917,80
02	SERVIÇO	PAGAMENTO POR MEIO ELETRÔNICO (internet, auto terminais) e outros	18.660	2,80	52.248,00
VALOR TOTAL ANUAL .....(R\$)					<b>133.165,80</b>

### 3. Forma de Execução:

3.1. A CONTRATADA credenciada prestará serviços de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através de estrutura física (guichê de caixa, correspondentes, lotéricas), já existente ou criada, e através de meios eletrônicos, ficando facultado às instituições a habilitar os canais que colocará à disposição.

3.2. São obrigações da CONTRATADA:

a) Receber tributos e demais receitas municipais somente através dos documentos de arrecadação (DAM), aprovados pela Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras. Os pagamentos deverão ser processados nos guichês de caixa ou meios eletrônicos, nos termos deste CREDENCIAMENTO;

b) Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do CONTRATO;

c) Apresentar ao Município, no ato da assinatura do CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do CONTRATO, sendo que a





# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal contratante;

d) Comunicar formalmente ao Município, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento da CONTRATADA, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do CONTRATO;

e) A informação recebida nos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica ou por meio previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças;

f) A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;

g) Autenticar o DAM, em todas as suas vias ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa e/ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras;

h) Enviar ao Município, até o dia útil subsequente da arrecadação, arquivo com total das transações do dia;

i) Em caso de incorreção de dados, remeter as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contados a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;

j) Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto do CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;

k) Apresentar mensalmente ao Município documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços;

l) Fornecer ao Município, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;

m) Disponibilizar ao Município os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando a CONTRATADA obrigada a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

n) Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos;

o) Apresentar relatório mensal indicando o número de atendimento de arrecadação e a forma do recolhimento (guichê, meios eletrônicos, etc.)

p) A CONTRATADA repassará o produto da arrecadação nos prazos definidos a seguir:

I. No 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê e forma de pagamento em dinheiro;

II. No 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Autoatendimento, na internet e demais meios eletrônicos;

III. No 3º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Correspondente Bancário;

IV. No 3º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados na Rede Lotérica e na forma de pagamento em dinheiro;



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP - CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

V. No 3º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê e forma de pagamento em cheque;

VI. No 4º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados na Rede Lotérica e forma de pagamento em cheque;

VII. Envio dos arquivos de retorno relativos aos recolhimentos realizados pela instituição até 05 (cinco) dias corridos a contar da data do mesmo, bem como reenvio em até 03 (três) dias corridos sempre que solicitado pela contratante.

VIII. Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas e, ainda, atualizá-los sempre que houver modificações destes.

### 3.3. É vedado à CONTRATADA:

- a) Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para o Município;
- b) Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do Município.

### 3.4. Não será considerada como repassada a arrecadação:

- a) Enquanto o arquivo das transações remetido pela CONTRATADA não for recebido pelo Município;
- b) Quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato e enquanto perdurar a irregularidade.

### 3.5. São obrigações do Município:

- a) Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;
- b) Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;
- c) Remunerar a CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, através de autorização de débito em conta corrente de titularidade do Município mantida na instituição financeira, na mesma data do repasse do produto;
- d) Pôr à disposição dos contribuintes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos;
- e) Entregar a CONTRATADA:
  - I. Recibo do arquivo enviado;
  - II. Mensagem de aceitação/ rejeição do arquivo enviado.

3.6. O Município autoriza a Contratada a efetuar estorno de documento de arrecadação quando constatar quitação irregular, desde que ocorra na mesma data do recebimento e antes do processamento que consolida o arquivo a ser entregue no primeiro dia útil após a data de arrecadação.

3.7. O Município autoriza a Contratada a receber contas, tributos, com cobrança de acréscimos, nos termos das instruções fixados pelo Município no respectivo DAM.

## 4. DA FISCALIZAÇÃO

4.1. A prestação de serviços de arrecadação ficará sempre sujeita à regulamentação e fiscalização do Município, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças.



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

---

## 5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. O Município poderá determinar a qualquer momento, mediante prévia comunicação à CONTRATADA, a realização de inspeções e levantamentos, inclusive nas agências integrantes da rede arrecadadora, para certificação dos procedimentos de processamento e repasse dos recursos arrecadados.

5.2. O Município poderá, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, a qualquer tempo, solicitar a alteração de rotinas operacionais previstas no CONTRATO, mediante comunicação prévia a CONTRATADA, desde que o interesse público assim recomende.

5.3. A previsão do número de guias a serem recolhidas, anualmente, estão relacionadas em anexo deste termo.

5.4. A CONTRATADA declara conhecer que, conforme as normas legais vigentes, lhe é proibido fornecer a terceiros qualquer tipo de informação que tenha obtido por ocasião da execução do CONTRATO. Em consequência a CONTRATADA se obriga a realizar todos os atos necessários para manter esta reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes.

5.5. A CONTRATADA assume a responsabilidade pelos atos praticados por seus funcionários, agentes, assessores, representantes e qualquer pessoa vinculada a sua instituição no cumprimento do CONTRATO que venham em prejuízo dos interesses do Município.

5.6. Caso a CONTRATADA não repasse o valor dos pagamentos realizados pelos contribuintes e/ou devedores, assumirá a responsabilidade pelo valor total não repassado, inclusive seus acréscimos.



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP - CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – www.conchas.sp.gov.br

## ANEXO II - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

### CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO N.º 01/2024

A instituição financeira ....., inscrita no CNPJ sob o nº. ...., sediada à ....., bairro ....., município de ....., por seu representante legal o Sr. ...., inscrito sob o CPF nº. .... e RG nº. ...., domiciliado na ....., e-mail:..... vem por meio deste, solicitar o Credenciamento, junto à Prefeitura Municipal de Conchas/SP para executar serviços de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através dos canais habilitados conforme abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QTD. ESTIMADA ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO	PAGAMENTO PRESENCIAL através de agências bancárias (guichê de caixa) e/ou correspondentes bancários e/ou postos credenciados e/ou rede lotérica	25.770	R\$...	R\$...
02	SERVIÇO	PAGAMENTO POR MEIO ELETRÔNICO (INTERNET, AUTO TERMINAIS) E OUTROS	18.660	R\$...	R\$...
TOTAL EM .....(R\$)					R\$...

Declara, sob as penalidades da lei, preencher, nesta data, todas as condições exigidas no Edital do Chamamento Público n.º 01/2024 e, nunca ter sofrido qualquer penalidade no exercício da atividade, especialmente que possui estrutura para prestar os serviços previstos no Edital e que aceita prestar os serviços pelos valores constantes da tabela prevista no regulamento.

Apresenta documentos, declarando expressamente a concordância com todas as condições apresentadas no Edital e ciência de que o pedido de Credenciamento poderá ser deferido ou indeferido, segundo a avaliação da Comissão de Contratação.

As intimações e comunicações decorrentes deste requerimento poderão ser remetidas ao endereço ....., seja pessoalmente, por carta ou outro meio idôneo.

Termos em que,

Pede deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do licitante



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

## ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 - CREDENCIAMENTO \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021); b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021); c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021); d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021); e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. g) está ciente da obrigação de manter o endereço da licitante atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a licitante não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em [www.saltodepirapora.sp.gov.br](http://www.saltodepirapora.sp.gov.br) h) no caso de licitante em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido; i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra; j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 4 do edital; k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados

a) Até a presente data, não foi considerado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

b) Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, não mantendo em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

---

c) O(A) Sr(a) \_\_\_\_\_ (nome do(a) responsável), não pertence ao quadro de servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pelo credenciamento, observando o disposto no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

d) Dispõe de equipe técnica habilitada e capacitada a realizar os serviços solicitados, quando for o caso;

e) Responsabiliza-se pela prestação dos serviços em conformidade com a legislação pertinente e que concorda em prestar serviços objeto deste edital em local determinado pela Administração Municipal, aceitando receber os valores constantes na Tabela que compõe o Anexo II do edital, vigente à época da execução dos serviços.

Local e data.

(nome, CPF, cargo e assinatura do representante legal)





# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

## ANEXO IV – MODELO DE DOCUMENTO DE PROCURAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_,  
Insc. Estadual n.º \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, na Rua/Av.  
\_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_ representada pelo(a) Sr.(a)  
\_\_\_\_\_, (citar o cargo)  
\_\_\_\_\_, CREDENCIA o(a) Sr.(a)  
\_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade n.º  
\_\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_, para representá-la perante à Prefeitura Municipal  
de Conchas, no Edital de Chamamento Público Nº01/2024, podendo se manifestar, interpor e desistir  
de recursos em todas as fases licitatórias, rubricar propostas e assinar atas.

(Local, Data)

Nome por extenso/Assinatura do responsável legal  
Identidade/CPF



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP - CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

## ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º **XX**/2024

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS/SP E .....**

A Prefeitura Municipal de Conchas, com sede na ....., nº ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ...., portador do RG nº ....., inscrito no CPF nº ....., e a instituição financeira ....., com sede na Rua ....., nº ....., na cidade de ....., Estado de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por ....., portador do RG nº ....., inscrito no CPF nº ....., firmam o presente Contrato, concernente a Inexigibilidade nº ..... decorrente do Edital de Chamamento n.º 01/2024 que tinha como objeto o **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, POR INTERMÉDIO DE ESTRUTURA FÍSICA (GUICHÊ DE CAIXA, CORRESPONDENTES, LOTÉRICAS) E MEIOS ELETRÔNICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS.**

Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores, doravante denominada Lei, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO**

1.1. Constitui objeto do presente contrato **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, POR INTERMÉDIO DE ESTRUTURA FÍSICA (GUICHÊ DE CAIXA, CORRESPONDENTES, LOTÉRICAS) E MEIOS ELETRÔNICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS**, conforme o disposto no presente contrato, edital de chamamento n.º 01/2024 e seus anexos.

#### **1.2. Forma de Execução:**

1.2.1. A CONTRATADA credenciada prestará serviços de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais, através de estrutura física (guichê de caixa, correspondentes, lotéricas), já existente ou criada, e através de meios eletrônicos, ficando facultado às instituições a habilitar os canais que colocará à disposição.

1.3.2. São obrigações da CONTRATADA:

a) Receber tributos e demais receitas municipais somente através dos documentos de arrecadação (DAM), aprovados pela Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras. Os pagamentos deverão ser processados nos guichês de caixa ou meios eletrônicos, nos termos deste CREDENCIAMENTO;



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

- b) Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do CONTRATO;
- c) Apresentar ao Município, no ato da assinatura do CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do CONTRATO, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal contratante;
- d) Comunicar formalmente ao Município, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento da CONTRATADA, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do CONTRATO;
- e) A informação recebida nos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica ou por meio previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças;
- f) A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;
- g) Autenticar o DAM, em todas as suas vias ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa e/ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras;
- h) Enviar ao Município, até o dia útil subsequente da arrecadação, arquivo com total das transações do dia;
- i) Em caso de incorreção de dados, remeter as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contados a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;
- j) Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto do CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;
- k) Apresentar mensalmente ao Município documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços;
- l) Fornecer ao Município, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;
- m) Disponibilizar ao Município os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando a CONTRATADA obrigada a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- n) Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos;
- o) Apresentar relatório mensal indicando o número de atendimento de arrecadação e a forma do recolhimento (guichê, meios eletrônicos, etc.)
- p) A CONTRATADA repassará o produto da arrecadação nos prazos definidos a seguir:
  - I. No 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê e forma de pagamento em dinheiro;



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

- II. No 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Autoatendimento, na internet e demais meios eletrônicos;
- III. No 3º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Correspondente Bancário;
- IV. No 3º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados na Rede Lotérica e na forma de pagamento em dinheiro;
- V. No 3º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê e forma de pagamento em cheque;
- VI. No 4º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados na Rede Lotérica e forma de pagamento em cheque;
- VII. Envio dos arquivos de retorno relativos aos recolhimentos realizados pela instituição até 05 (cinco) dias corridos a contar da data do mesmo, bem como reenvio em até 03 (três) dias corridos sempre que solicitado pela contratante.
- VIII. Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas e, ainda, atualizá-los sempre que houver modificações destes.

## 1.3.3. É vedado à CONTRATADA:

- a) Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para o Município;
- b) Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do Município.

## 1.3.4. Não será considerada como repassada a arrecadação:

- a) Enquanto o arquivo das transações remetido pela CONTRATADA não for recebido pelo Município;
- b) Quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato e enquanto perdurar a irregularidade.

## 1.3.5. São obrigações do Município:

- a) Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;
- b) Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;
- c) Remunerar a CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, através de autorização de débito em conta corrente de titularidade do Município mantida na instituição financeira, na mesma data do repasse do produto;
- d) Pôr à disposição dos contribuintes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos;
- e) Entregar a CONTRATADA:
  - I. Recibo do arquivo enviado;
  - II. Mensagem de aceitação/ rejeição do arquivo enviado.

1.3.6. O Município autoriza a Contratada a efetuar estorno de documento de arrecadação quando constatar quitação irregular, desde que ocorra na mesma data do recebimento e antes do processamento que consolida o arquivo a ser entregue no primeiro dia útil após a data de arrecadação.



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP - CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – www.conchas.sp.gov.br

1.3.7. O Município autoriza a Contratada a receber contas, tributos, com cobrança de acréscimos, nos termos das instruções fixados pelo Município no respectivo DAM.

## 1.4. DA FISCALIZAÇÃO

1.4.1. A prestação de serviços de arrecadação ficará sempre sujeita à regulamentação e fiscalização do Município, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças.

## 1.5. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.5.1. O Município poderá determinar a qualquer momento, mediante prévia comunicação à CONTRATADA, a realização de inspeções e levantamentos, inclusive nas agências integrantes da rede arrecadadora, para certificação dos procedimentos de processamento e repasse dos recursos arrecadados.

1.5.2. O Município poderá, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, a qualquer tempo, solicitar a alteração de rotinas operacionais previstas no CONTRATO, mediante comunicação prévia a CONTRATADA, desde que o interesse público assim recomende.

5.3. A previsão do número de guias a serem recolhidas, anualmente, estão relacionadas em anexo deste termo.

5.4. A CONTRATADA declara conhecer que, conforme as normas legais vigentes, lhe é proibido fornecer a terceiros qualquer tipo de informação que tenha obtido por ocasião da execução do CONTRATO. Em consequência a CONTRATADA se obriga a realizar todos os atos necessários para manter esta reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes.

5.5. A CONTRATADA assume a responsabilidade pelos atos praticados por seus funcionários, agentes, assessores, representantes e qualquer pessoa vinculada a sua instituição no cumprimento do CONTRATO que venham em prejuízo dos interesses do Município.

5.6. Caso a CONTRATADA não repasse o valor dos pagamentos realizados pelos contribuintes e/ou devedores, assumirá a responsabilidade pelo valor total não repassado, inclusive seus acréscimos.

## **CLÁUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS**

2.1. Pela prestação dos serviços objeto deste contrato a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a tarifa por cada guia de recolhimento recebida, conforme os meios de pagamento utilizado pelos contribuintes para sua quitação, conforme abaixo especificado:

Itens	UNIDA DE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QTDE ESTIMADA ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	serviç o	pagamento presencial através de agências bancárias (guichê de caixa) e/ou correspondentes bancários e/ou postos credenciados e/ou rede lotérica	25.770		
02	serviç o	pagamento por meio eletrônico (internet, auto terminais) e outros	18.660		
TOTAL EM .....(R\$)					



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

2.1. A CONTRATADA deverá executar fielmente o objeto, dentro das especificações técnicas pertinentes e dentro dos padrões de qualidade exigidos para a prestação de serviços, em especial com o memorial descritivo deste Edital, independentemente de transcrição;

2.2. A CONTRATADA deverá considerar que os usuários dos serviços tomarão conhecimento das empresas credenciadas, onde terão livre escolha na procura das mesmas, constando no boleto informações acerca da rede credenciada.

2.3. O serviço será realizado, com todas as suas particularidades, através das agências ou correspondentes bancários da CONTRATADA, com prestação de contas por meio da disponibilização eletrônica de documento digital informativo dos valores diários arrecadados.

2.4. Fica a cargo da CONTRATADA estabelecer os canais de recebimento que serão disponibilizados aos contribuintes para o recolhimento das receitas públicas municipais.

2.5. A CONTRATADA fica autorizada a receber apenas os recolhimentos em dinheiro ou cheques, desde que sejam do próprio contribuinte, de valor igual ao documento de arrecadação, nominal a contratante do, com vinculação as receitas recolhidas e contendo os dados do documento de arrecadação no verso. Os dados do cheque, também, devem constar do verso do documento de arrecadação.

2.6. Somente a Prefeitura Municipal de Conchas providenciará a emissão e remessa dos documentos de arrecadação aos contribuintes.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO**

3.1. A CREDENCIANTE realizará o pagamento à CREDENCIADA nas condições e preços acordados, de forma eletrônica, por meio de débito em conta de livre movimentação da CREDENCIADA. O pagamento será efetuado conforme as disposições contratuais e os prazos estabelecidos no edital de credenciamento, visando assegurar a regularidade e pontualidade na remuneração pelos serviços prestados.

3.2. O montante dos pagamentos dos documentos de arrecadação deverá ser creditado na conta corrente **Banco do Brasil – Ag. 1791-4 – C/C 11.1731-9 – Prefeitura Municipal de Conchas**, no primeiro dia útil que se seguir aos pagamentos, já deduzidos da tarifa incidente sobre o respectivo serviço de recebimento.

3.3. A CREDENCIADA deverá manter atualizados os dados bancários para recebimento dos pagamentos, garantindo a eficiência e a segurança das transações eletrônicas.

3.4. Em caso de divergências ou atrasos nos pagamentos, a CREDENCIADA poderá solicitar esclarecimentos à CREDENCIANTE, que deverá fornecer justificativas claras e documentadas, assegurando o direito à transparência e à regularização dos valores devidos.





# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

3.5. Caberá à CREDENCIANTE providenciar a emissão e distribuição dos Documentos de Arrecadação Municipal (DAM) aos contribuintes, garantindo a correta arrecadação dos valores devidos conforme as normas tributárias municipais vigentes.

3.5.1. A emissão dos DAM's será realizada de acordo com os procedimentos administrativos e tecnológicos estabelecidos pela CREDENCIANTE, visando à simplificação e eficiência na cobrança dos tributos municipais.

3.6. A CREDENCIANTE se compromete a realizar os pagamentos dentro dos prazos legais e contratuais, assegurando à CREDENCIADA a manutenção de sua capacidade financeira e operacional para a continuidade dos serviços prestados.

3.7. É expressamente vedada a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira. A CREDENCIADA não poderá transferir ou ceder a terceiros seus direitos de crédito decorrentes dos pagamentos efetuados pela CREDENCIANTE, garantindo a integridade e a responsabilidade direta sobre os serviços prestados.

3.7.1. Qualquer tentativa de cessão fiduciária de direitos creditícios será considerada violação contratual, sujeita a sanções conforme previsto na legislação aplicável e no edital de credenciamento.

## **CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE**

4.1. São obrigações da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRATADA além daquelas indicadas no Edital de Chamamento n.º 01/2024:

- a) Receber taxas e dívida ativa somente através dos documentos de arrecadação, aprovados pela Prefeitura Municipal de Conchas/SP que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste CONTRATO;
- b) Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do presente CONTRATO;
- c) Apresentar ao CONTRATANTE, no ato da assinatura do presente CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do CONTRATO, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Administração da Prefeitura;
- d) Comunicar formalmente ao Contratante, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do BANCO, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do presente CONTRATO;
- e) A informação recebida nos Documentos de Arrecadação será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica ou por meio previamente aprovado pela Secretaria de Finanças;
- f) O BANCO não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;
- g) Autenticar o Documento de Arrecadação, em todas as suas vias ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras. Para os recebimentos realizados através de “home/office banking”, “internet” ou qualquer outra modalidade de auto-atendimento, o comprovante de pagamento deverá ser previamente aprovado pelo departamento competente
- h) Manter os Documentos de Arrecadação arquivados por um período de 180 (cento e oitenta) dias;



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

- i) Enviar ao Contratante, até as 09h00min (nove) horas do dia seguinte, arquivo com total das transações do dia, sendo que o valor total da arrecadação deverá ser o mesmo do valor transmitido pelo Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB);
- j) Efetuar o repasse do produto da arrecadação de tributos e demais receitas estaduais, através do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, enviando, ao mesmo tempo, uma mensagem eletrônica, até às 09h00min horas do dia útil seguinte à data de arrecadação, a crédito da conta informada pela Secretaria de Finanças;
- k) Em caso de incorreção de dados remeter as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;
- l) Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica da Contratante, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto deste CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;
- m) Apresentar, mensalmente, ao Contratante documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços;
- n) Fornecer à Prefeitura Municipal de Conchas, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;
- o) Disponibilizar ao Contratante os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando o BANCO obrigado a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- p) Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos;
- q) Apresentar relatório mensal indicando o número de atendimento de arrecadação e a forma do recolhimento (guichê, internet, autoatendimento etc.), para autorização do pagamento das tarifas pelo Contratante;
- r) Os arquivos de retorno relativos aos recolhimentos realizados pela instituição, deverão estar disponíveis no dia seguinte à data do recebimento, bem como reenvio em até 03 (três) dias corridos sempre que solicitado pela contratante;
- s) Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.

## 4.2. É vedado ao BANCO CONTRATADO:

- a) Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para a Prefeitura Municipal de Conchas/SP;
- b) Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do Contratante.

## 4.3. Não será considerada como repassada a arrecadação:

- a) Enquanto o arquivo das transações remetido pelo BANCO não for recebido pela Prefeitura Municipal de Conchas/SP;
- b) Quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato e enquanto perdurar a irregularidade.



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

#### 4.4. São obrigações do Contratante:

- a) Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;
- b) Especificar o protocolo de comunicação a ser utilizada na transmissão eletrônica de dados;
- c) Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;
- d) Remunerar o BANCO pelos serviços efetivamente prestados, mediante a apresentação de relatórios mensais determinados neste Contrato;
- e) Pôr à disposição dos contribuintes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO**

5.1. A prestação de serviços de arrecadação ficará sempre sujeita à regulamentação e fiscalização da Prefeitura Municipal de Conchas tendo como gestor do presente contrato o **XXXXXX** (nome completo e cargo). **A definir**

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS**

6.1 A vigência dos contratos decorrentes do credenciamento será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, respeitada a vigência máxima decenal, conforme art. 108 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES**

7.1. O presente contrato poderá ser alterado ou modificado, por interesse do Contratante ou de comum acordo entre as partes, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

8.1. Pelo não cumprimento por parte do CONTRATADO das obrigações assumidas em função de seu credenciamento ou por infringência dos preceitos legais pertinentes, serão aplicadas as penalidades de acordo com a gravidade da falta.

8.2. Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, conforme o caso, às seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos à Administração Pública:

I - Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II - Multa moratória e compensatória, de acordo com os seguintes percentuais:

a) Multa moratória, calculada sobre o valor do contrato:

a.1) 0,5% (cinco décimos por cento) por ocorrência de não comparecimento, quando regularmente convocado, salvo se houver justificativa acatada pela Administração, calculada sobre o valor total estimado do contrato;

a.2) 2,0% (dois por cento) na primeira reincidência de não comparecimento, quando regularmente convocado ou por ausência de comunicação de impossibilidade de comparecimento ressalvados os



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

casos de justificativa acatada pela Administração, calculada sobre o valor total estimado do contrato, até o limite de 5% (cinco por cento);

a.3) 5,0% (cinco por cento) a partir da terceira ocorrência de não comparecimento, quando regularmente convocado, ressalvados os casos de justificativa acatada pela Administração.

b) Multa compensatória:

b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para o serviço, pelo descumprimento de qualquer obrigação por parte da pessoa física ou jurídica, exceto aquelas relacionadas ao prazo de execução.

III - Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município de Conchas/SP e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelos prazos a seguir, que poderão ser ampliados até o dobro em caso de reincidência:

a) mínimo de 90 (noventa) e máximo de 180 (cento e oitenta) dias, na hipótese de a apenas ser reincidente na sanção de advertência, independentemente do fundamento do primeiro sancionamento;

b) mínimo de 6 (seis) e máximo de 12 (doze) meses, quando o proponente solicitar cancelamento da proposta após a homologação do resultado;

c) mínimo de 12 (doze) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando o proponente adjudicado se recusar a assinar o contrato/nota de empenho;

d) mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, sem prejuízo da responsabilização penal e civil, quando o proponente/contratado:

d.1) praticar ou deixar de praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos do credenciamento;

d.2) apresentar documentos fraudulentos para habilitação ou conjuntamente com a proposta, sem prejuízo da responsabilização penal e civil;

d.3) se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

8.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, na forma da Lei.

8.4. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, o caráter educativo da pena, bem como os danos causados à Administração Pública.

8.5. A aplicação da sanção pecuniária não impede que sejam aplicadas às outras penalidades previstas no edital.

8.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Administração Pública serão obrigatoriamente deduzidos dos valores a serem pagos ao proponente contratado ou cobrados administrativa ou judicialmente.

8.7. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos.

8.8. Os valores das multas aplicadas, quando não puderem ser compensados, após regular Processo Administrativo deverá ser recolhido, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da aplicação da sanção.



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

8.9. As disposições desta seção, não afastam as outras penalidades previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021.

8.10. Aplica-se de forma supletiva aos contratos administrativos o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor.

8.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **CLÁUSULA NONA DO RESAJUSTE**

9.1. O preço dos serviços **permanecerá inalterado** durante todo o período de vigência do credenciamento, não havendo possibilidade de reajuste. A renovação do credenciamento dar-se-á com reajuste dos valores, conforme manifestação das CREDENCIADAS e mediante análise da legislação que regulamenta o tema.

9.2 – No caso de haver reajuste, este será formalizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

10.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja sua rescisão em qualquer tempo, através de ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados no artigo 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, assegurado o contraditório e ampla defesa da Contratada, ficando a Administração com direito de retomar os serviços e aplicar multas a contratada, além de exigir, se for o caso, indenização.

10.2. A Contratada, poderá solicitar sua exclusão do rol de credenciamento, notificando de forma fundamentada a Secretaria da Fazenda com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em requerimento protocolado.

10.3. O Contratante e a Contratada, mediante simples aviso extrajudicial, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, poderão rescindir amigavelmente o presente contrato. A rescisão será reduzida a termo, precedida de autorização escrita e fundamentada, desde que haja conveniência administrativa na forma estabelecida no artigo 138 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.5. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.6. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.7. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.8. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD. Núcleo de Licitações e Compras - Avenida Getúlio Vargas, nº 111 - 2º andar Sete Lagoas/MG - CEP 35700-046 - Telefone: (31) 3779-3700

11.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.11. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEI ANTICORRUPÇÃO

12.1. As partes deverão observar todas as disposições das regras anticorrupção em vigor no Brasil, em especial, as previsões da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), do Decreto Federal nº 8.420/2015 e do Decreto Municipal nº 6.140/2019, que a regulamenta no âmbito do Município de Sete Lagoas/MG.

12.1.1. As partes deverão se comprometer também a se absterem de praticar quaisquer atividades que constituam violação às disposições das normas anticorrupção e das demais disposições referentes à matéria. Núcleo de Licitações e Compras - Avenida Getúlio Vargas, nº 111 - 2º andar Sete Lagoas/MG - CEP 35700-046 - Telefone: (31) 3779-3700

12.1.2. As partes, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como por seus sócios, deverão conduzir suas práticas, durante a execução do contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

12.1.3. Para a execução do contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto do contrato, ou de forma não relacionada ao mesmo ou direcionar negócios que violem as regras anticorrupção, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

12.1.4. Na assinatura do contrato, as partes deverão declarar que: (a) não violaram, violam ou violarão as regras anticorrupção; (b) têm a ciência de que qualquer atividade que viole as regras anticorrupção é proibida; e (c) declaram conhecer as consequências possíveis de tal violação.





# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP - CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

12.1.5. Qualquer descumprimento das regras de integridade mencionadas acima ensejará a resolução imediata do contrato, apenas por meio de notificação extrajudicial, sem prejuízo de eventual pagamento de indenização por perdas e danos.

12.1.6. Antes da assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá conhecer, na íntegra, as disposições contidas no Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do Município de Sete Lagoas/MG, instituído pelo Decreto nº 6.217/201

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERECEIRA - DO FORO**

13.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Conchas/SP para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato.

E, por estarem justos e combinados, assinam o presente, em quatro vias de mesmo teor e para os mesmos efeitos legais.

Conchas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Prefeitura Municipal de Conchas  
Nilson Achiles Merlin

Instituição Financeira Credenciada  
Representante Legal

## **Testemunhas:**

1 -

2 -



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

## ANEXO V - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos e Aditamentos)

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS

**CONTRATADO:** XXXXXX

**OBJETO:** CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, POR INTERMÉDIO DE ESTRUTURA FÍSICA (GUICHÊ DE CAIXA, CORRESPONDENTES, LOTÉRICAS) E MEIOS ELETRÔNICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

### 1. Estamos CIENTES de que:

- o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução n.º 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções n.º 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

### AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

### RESPONSÁVEIS PELA RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP - CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

## **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

### **Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



# Prefeitura Municipal de Conchas

Paço Municipal Pref. Anivaldo Lopes - CNPJ: 46.634.119/0001-17

Rua Minas Gerais, 707, Centro, Conchas / SP – CEP 18570-000

Telefone (14) 3845-8011 – [www.conchas.sp.gov.br](http://www.conchas.sp.gov.br)

## ANEXO VI - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS**

**CONTRATADA: XXXXXX**

**CNPJ:**

**CONTRATO N.º XXXXXX**

As PARTES se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do presente CONTRATO, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação e normas técnicas aplicáveis sobre segurança da informação e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n.º 13.709/2018), sob pena de incidência de multa por descumprimento contratual, para a qual se estipula o valor de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de perdas e danos.

As PARTES se obrigam diante do presente instrumento, que os direitos dos titulares estarão garantidos e resguardados quanto:

- I - a confirmação da existência do tratamento;
- II - o acesso aos dados pessoais tratados;
- III - a correção dos dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV - a anonimização, o bloqueio ou a eliminação dos dados pessoais;
- V - a portabilidade dos dados pessoais;
- VI - a informação sobre as entidades públicas e privadas com as quais foi realizada o compartilhamento de dados;
- VII - informar as consequências da revogação do consentimento;
- VIII - a informação quanto aos fatores que levaram a uma decisão automatizada.

As PARTES também se comprometem a proporcionar o pronto atendimento das requisições realizadas por titulares de dados, providenciando, de forma imediata ou, no máximo, em 24 (vinte e quatro) horas, justificando os motivos da demora.

E, por assim estar justo e contratado, as PARTES assinam o presente Termo em 02 (duas) vias do mesmo teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, constituindo ato jurídico perfeito e representando o livre exercício da vontade das partes.

**XXXXXXXXXXXX, xx de XXXXXXXX de 2024.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Prefeito Municipal**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Secretário Municipal de xxxx**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Contratado**